



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

## ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA PARA A GESTÃO DE BENS SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

PARECER Nº: 161/2010

DATA: 14.06.2010

LICITAÇÃO Nº.: 050/2010 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº.: 609/2010

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de coleta, armazenamento, guarda, desarquivamento, rearquivamento e gerenciamento informatizado do acervo de processos judiciais e documentos administrativos das Comarcas do Estado de Minas Gerais, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação.

**RECORRENTES:** **RECALL DO BRASIL Ltda.;**  
**LOGGED – Logística no Gerenciamento Eletrônico de Documentos Ltda. - ME;**  
**MEMOVIP - Guarda de Documentos Ltda.;**  
**TCI BPO – Tecnologia, Conhecimento e Informação S.A.**

**RECORRIDAS:** **METROFILE BRASIL Gestão da Informação Ltda. e LOGGED – Logística Aplicada ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos.**

**ASSUNTO:** ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO EM FACE DE ATO DECISÓRIO PROFERIDO PELA AUTORIDADE DA PREGOEIRA E DAS CONTRA-RAZÕES APRESENTADAS.

Sra. Diretora-Executiva

Com vistas a subsidiar a decisão de Vossa Senhoria, apresentamos, primeiramente, a análise acerca do Recurso interposto, legítima e tempestivamente, pela empresa **RECALL DO BRASIL LTDA.**, em face da declaração de vencedora da empresa **METROFILE BRASIL Gestão da Informação Ltda.** proferida pela autoridade da i. Pregoeira, bem como diante da classificação da empresa **LOGGED – Logística Aplicada ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos** no certame licitatório em referência.

Informamos, ainda, a interposição de Contra-Razões pela primeira Recorrida, as quais igualmente serão objeto de análise, eis que legítima e tempestivamente protocolizadas.

As razões do inconformismo, trazidas pela empresa Recorrente, são, em suma, as seguintes:

Que “a declaração da empresa **METROFILE DE SÃO PAULO LTDA. / METROFILE BRASIL GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA (?)**, como vencedora do certame foi totalmente descabida, à margem dos interesses públicos, não merecendo prosperar, conforme se demonstra:



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

1. A habilitação da empresa METROFILE DE SÃO PAULO LTDA. / METROFILE BRASIL GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA. (?) não pode prosperar, sob o fundamento do que passa a expor:

2. Primeiramente, cumpre destacar que há divergências na Ata Circunstancial lavrada após a sessão pública, aos 31/05/2010, posto que se apresenta como participante a empresa METROFILE DE SÃO PAULO LTDA., e declara-se como detentora da melhor proposta a empresa METROFILE BRASIL GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA.

3. Importante trazer à baila que o documento de habilitação da empresa METROFILE foi retirado da sala para outro setor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, juntamente com um representante da mesma empresa, antes da análise pública por todos os participantes e rubricas dos mesmos, comprometendo a confiabilidade do certame.

Portanto, ocorreu uma ilegalidade no certame, o qual deve ser anulado". (grifos no original)

4. Que "a empresa LOGGED LOGÍSTICA NO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS LTDA. não cumpriu a exigência da alínea 'b' do item supra destacado" (leia-se subitem 4.1.1 do Edital).

5. Que "Também, a empresa METROFILE DE SÃO PAULO LTDA. / METROFILE BRASIL GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA. (?) não atendeu ao disposto no item 4.2 do Edital do presente certame.

6. Que "Portanto, sendo o Edital Lei entre os Licitantes, as empresas LOGGED e METROFILE devem ser desabilitadas do certame".

Em suas considerações finais, alega que "Retirar da sala em que o pregão esteja acontecendo, documentos de habilitação e proposta comercial da empresa METROFILE, para outro setor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, juntamente com um representante da mesma empresa, antes da análise pública por todos os participantes, e rubrica dos mesmos, compromete a confiabilidade do certame, ferindo um dos princípios constitucionais das Licitações." (grifos no original)

Afirma, ainda, que "manter a habilitação das empresas LOGGED e METROFILE fere um dos princípios mais importantes das Licitações, ou seja, o da **VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, que é uma norma-princípio e encontra-se disposta no artigo 41, caput, da Lei nº 8.666/93". (grifos no original)

Requer, ao final, "seja o presente recurso conhecido e provido pela Comissão de Julgamento de Licitação, (...), ANULANDO todos os atos do presente certame" ou, alternativamente, "o seu encaminhamento à Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP, conforme disposto no item 7.5 do Edital, Autoridade Superior Competente para que, com base nas desconformidades apontadas, a mesma externar seu Digno entendimento em ANULAR o certame".

E, mantendo-se válida a Licitação, "sejam **DESABILITADAS** as empresas METROFILE E LOGGED", solicitando, ainda, cópias autenticadas de todos os documentos anexados ao certame.

Refutando as alegações recursais, a empresa METROFILE BRASIL Gestão da Informação Ltda., atual razão social de METROFILE DE SÃO PAULO Ltda., primeira Recorrida, argumenta, em suma, o seguinte:

1. Que "A empresa RECALL DO BRASIL enumera que se reveste dos pressupostos recursais suficientes para interpor seu recurso, ser conhecido e provido, o que não é verdade.

Inicialmente, cumpre destacar que a licitante RECALL, (...), **fez grave acusação com relação à confiabilidade do certame. Trata-se de alegação leviana e sem o menor fundamento jurídico, de modo que a Administração Pública não pode ficar sujeita a este tipo de conduta e atitude por parte da empresa RECALL.**" (grifos no original)

2. Que "a Sra. Pregoeira, com sua competência estabelecida na legislação, verificou com



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

cautela todos os procedimentos e, após criteriosa análise da documentação, declarou a empresa METROFILE como sendo vencedora do certame”.

3. Que “não pode a Recorrente RECALL, ao seu bel prazer, simplesmente alegar suposta irregularidade no procedimento sem a mínima demonstração. É bom lembrar que os atos administrativos possuem presunção de legalidade”.

4. Que “no entendimento e no julgamento da Sra. Pregoeira, houve a criteriosa análise e posterior decisão pela escolha da ora requerente” sendo que, “com isso, jamais poderia a empresa Recorrente RECALL alegar, de forma aleatória e temerária, que estar-se-ia prejudicando a confiabilidade do certame”(sic).

5. Que “à RECALL falta um pressuposto fundamental para se recorrer, qual seja, a falta de possibilidade jurídica do pedido recursal. Isto porque pede esta empresa a procedência total do recurso baseado em mera alegação ‘de falta de confiabilidade no certame’, o que não deve prosperar.

Primeiro porque invoca preceito legal que em nada tem a ver com a situação; segundo porque não há previsão qualquer na legislação acerca de eventual falta de confiabilidade (esta alegação é séria e deve ser provada em pormenores, não bastando mera alegação); terceiro porque os atos administrativos possuem presunção de legalidade; quarto porque a Sra. Pregoeira atendeu fielmente todos os procedimentos para a escolha da melhor proposta, com exame detalhado dos documentos.

6. Que “a empresa METROFILE BRASIL GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA. teve sua razão social alterada recentemente, conforme já disposto no preâmbulo destas contrarrazões, portanto, estranhamente a empresa Recorrente RECALL questiona tal fato que por si só, se os autos tivessem sido compulsados, seria facilmente verificado que os dados da empresa permaneceram os mesmos, somente seu nome foi alterado”.

7. Que “não assiste a melhor sorte à RECALL no que tange à infundada alegação de violação aos itens 4.1.1. e 4.2 (...). Nestes itens, a empresa Recorrida METROFILE atendeu plenamente as exigências do edital (...), **vez que é perfeitamente visível que as especificações técnicas foram apresentadas de acordo com o exigido no ANEXO I do Edital bem como todos os campos necessários de preenchimento foram realizados a contento, sendo a proposta aceita por esta I. Pregoeira inclusive quando questionado pela Recorrente RECALL no momento da sessão do Pregão em tela**”. (grifos no original)

8. Que “no que diz respeito ao item 4.2 do Edital, vale dizer que o prazo de 60 (sessenta) dias é uma das premissas da proposta comercial e desta maneira, a partir do momento que a proposta foi apresentada o item foi cumprido em sua integralidade”.

9. Que “em que pese ter a requerente demonstrado em pormenores, **item por item, que as alegações da RECALL não merecem prosperar**, é importante enfatizar que a METROFILE tem total expertise para prestar os serviços constantes no objeto deste certame, sem exceção, sendo certo que já participou e sagrou-se vencedora de processos licitatórios semelhantes a este”. (grifos no original)

10. Que “é dever basilar da Administração Pública conduzir o respectivo procedimento administrativo levando-se em consideração a **escolha da melhor proposta, garantindo-se a igualdade entre os participantes**. Partindo desta premissa, é fácil perceber que a finalidade prevista na Lei foi alcançada, pois: a) permitiu a ampla possibilidade de participação dos interessados considerados idôneos, com a ampliação tanto quanto possível do número de licitantes, incentivando **a maior competitividade no certame**; analisou criteriosamente todos os documentos juntados, observando o princípio da legalidade; c) decidiu pela melhor proposta respaldada pelo princípio da primazia do interesse público”. (grifos no original)

11. Que “O princípio da vinculação ao instrumento convocatório foi respeitado eis que não houve nenhum vício aparente neste sentido. Os próprios autos do processo licitatório são prova cabal desta afirmação”.

12. Que “Com efeito, a proposta da requerente METROFILE atende a todos os requisitos do edital e sua proposta está em perfeita validade, motivo pelo qual as inconsistentes alegações da RECALL devem ser afastadas de plano”.



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Roga, ao final, pelo não conhecimento do Recurso interposto, ou que se negue provimento ao mesmo, mantendo-se *in totum* "e pelos seus próprios fundamentos a r. decisão proferida em Ata Circunstancial que declarou vencedora do certame a empresa METROFILE BRASIL GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA."

Reduzidas, em suma, as razões recursais ofertadas, bem como a contraposição apresentada, passemos ao exame fático-jurídico das questões postas em debate.

Primeiramente, vejamos as conclusões da i. Pregoeira, ao reavaliar seu decisório, insertas às fls. 344 e 345 dos autos do Processo em epígrafe.

Tratam-se das razões e contrarrazões apresentadas ao recurso do Pregão acima referenciado, a saber:

1. A empresa Recall do Brasil interpôs recurso fundamentando, conforme abaixo:

1.1. "o não atendimento, pela empresa LOGGED, do disposto no item 4.1.1 "b" do Edital (apresentação da Proposta Comercial em desconformidade com os termos do Edital);

1.2. não atendimento, pela empresa METROFILE, do disposto do Item 4.2 do Edital (prazo de validade da proposta mínimo de 60 dias)

1.3. O documento de habilitação da METROFILE foram retirados da sala para outro setor do TJMG, juntamente com um representante da mesma empresa, antes da análise pública por todos os participantes, comprometendo a confiabilidade do certame." (sic)

2. Acrescenta ainda que:

"Conclui-se, portanto, que a declaração da empresa METROFILE DE SÃO PAULO LTDA / METROFILE BRASIL E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA. (?), como vencedora do certame foi totalmente descabida, à margem dos interesses públicos, não merecendo prosperar..."

Na qualidade de pregoeira, apresento a V.Sa. meus esclarecimentos, conforme abaixo:

Quanto ao não atendimento do disposto no item 4.1.1., "b", do Edital, que se refere à apresentação da Proposta, constando especificações técnicas e outros elementos exigidos no Anexo I, de modo a identificar o produto ofertado, cumpre esclarecer que as empresas LogGed Logística no Gerenciamento Eletrônico de Documentos e Memovip Gestão Inteligente da Informação apresentaram propostas com a descrição do serviço a ser executado e seus respectivos valores. As demais empresas participantes apresentaram propostas mais detalhadas, porém apenas "copiaram" na íntegra o Termo de Referência do Edital, razão pela qual não houve motivo para desclassificação.

Quanto ao não atendimento ao disposto no Item 4.2 do Edital, referente à indicação de prazo de validade, mencionamos o Item 5.1.2 do Edital, in verbis:

**"5.1.2. A apresentação da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame"** (grifo nosso)

Portanto, o fato de não mencionar o prazo de validade, obriga o licitante a aceitar o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data da sessão pública, prorrogável por igual período, a critério da administração.

3. A empresa Recall na sessão do pregão manifestou intenção de recurso alegando que houve quebra de confiabilidade do certame em vista da retirada de documentação da sala da licitação com a saída de uma pessoa da Metrofile. "Isto pode ter possibilitado a adulteração ou acréscimo de documentos ao processo."

Cumpro destacar que tal alegação não procede, uma vez que, em momento algum, saí da sala acompanhada por nenhum licitante e sim me dirigi à sala da Diretora Executiva, juntamente com o Assessor Técnico desta Diretoria, Marcelo Seriema, levando o Contrato Social da empresa Metrofile com o objetivo de esclarecer as alterações de razão social da referida empresa, quando ficou esclarecido que, devido a uma alteração recente constavam



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

nomes diferentes em outros documentos, porém o CNPJ era o mesmo.

Esclareço ainda que, na qualidade de pregoeira, cumpro com cautela e transparência todos os procedimentos inerentes ao Pregão, analisando criteriosamente toda a documentação da empresa Metrofile, o que levou-me a submeter a análise de V.Sa. Contrato Social da referida empresa.

Quanto à alegação da falta de confiabilidade do certame, informo que trata-se de uma acusação séria e descabida, onde a empresa Recall não provou nada contra à idoneidade da pregoeira; tratando-se, portanto de alegações infundadas.

Acrescento também que a empresa Metrofile, apesar de ter apresentado toda a documentação exigida no Edital, apresentou o Certificado emitido pelo SICAF que supre a apresentação de toda a documentação do Item 6.1 do Edital. Ademais, a certificação no SICAF foi confirmada na Internet por um membro da equipe de apoio deste pregão, durante a sessão pública.

Diante do exposto, encaminho o recurso para sua apreciação e considerações.

Transcritas as justificativas apresentadas pela i. Pregoeira, cumpre registrarmos, primeiramente, que, diante do conteúdo trazido pelas alegações recursais apresentadas, não poderia ser outro o reexame procedido pela referida autoridade.

Ratificando, pois, a fundamentação assentada pela Sra. Pregoeira no documento de fls. 344 e 345 dos autos, pedimos, por oportuno, a devida vênua para acrescentarmos as seguintes considerações:

*Ab initio*, no tocante à alegada divergência constante na Ata Circunstancial (fls. 265 a 270 dos autos), lavrada na Sessão Pública realizada em 31/05/2010, temos a esclarecer o seguinte:

Consta, às fls. 133 a 141 e 281 a 289 dos autos do Processo Licitatório, a Oitava Alteração de Contrato Social, **datada de 26 de dezembro de 2009**, na qual se encontra expresso que a sociedade empresária limitada **METROFILE GERENCIAMENTO E LOGÍSTICA DE ARQUIVOS LTDA.**, CNPJ nº 03.301.925/0001-60, será denominada **METROFILE BRASIL GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA.**

Registre-se, ainda, que, compulsando os autos do referido Processo, verifica-se já constar, dos documentos apresentados à Sessão Pública do Pregão, a referida denominação social **METROFILE BRASIL GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA.**, bem como o CNPJ nº 03.301.925/0001-60, conforme se pode comprovar pelo exame da **DECLARAÇÃO – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** (fl. 115), do **CREDENCIAMENTO** (fl. 130), do **INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO** outorgado a Sra. Magda Lúcia Santiago Queroga (fl. 132), das **PROPOSTAS COMERCIAL** (fls. 217 a 219) e **TÉCNICA** (fls. 220 a 241), bem como de todas as Certidões de Regularidade Fiscal acostadas às fls. 296 a 298.

Acrescente-se, ainda, que, nos termos do **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL**, emitido em 26.05.2010, o nome empresarial da referida Licitante é **METROFILE BRASIL GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA.**, cujo Número de Inscrição é 03.301.925/0001-60.

Destarte, pela análise da documentação instrutória apresentada pela



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

empresa ora Recorrida e acostada aos autos do Processo em epígrafe, não se verifica qualquer discrepância nominativa no que se refere à denominação social da mesma.

Assim, fática e juridicamente, podemos concluir que a divergência ocorrida quando da lavratura da Ata Circunstancial configura-se mero equívoco material, em nada maculando a decisão administrativa proferida pela autoridade da Pregoeira.

Tal se justifica, inclusive, tendo-se em vista que, nos raros documentos apresentados pela Licitante Recorrida, **emitidos em data anterior a 26 de dezembro de 2009 (quando da Oitava Alteração de seu Contrato Social)**, nos quais consta ainda a antiga denominação social METROFILE DE SÃO PAULO LTDA., a Inscrição no CGC, hoje CNPJ é exatamente a mesma, qual seja **03.301.925/0001-60**, comprovando-se, mais uma vez, a identidade da pessoa/personalidade jurídica da referida empresa.

Corroborando nosso entendimento, veja-se a Jurisprudência abaixo colacionada que abordou, dentre os assuntos analisados, a matéria em exame.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 364.423-3, COMARCA DE CASTRO - VARA CÍVEL E ANEXOS.  
Apelante: MASSA FALIDA DE GUENSYO DO BRASIL LTDA.

Apelado: OSMAR OLIVEIRA DOS SANTOS

Relator Convocado: EDISON MACEDO FILHO.

Revisor Convocado: LUIZ CEZAR NICOLAU.

CIVIL - PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE RESILIÇÃO DE CONTRATO - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PARA RECORRER - AFASTADA - (...)

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 364.423-3, oriundos da Vara Cível e Anexos da Comarca de Castro, em que é Apelante Massa Falida de Guensyo do Brasil Ltda., e Apelado Osmar Oliveira dos Santos .

Relatório

(...)

Pelo despacho de fl. 85 o recurso de Apelação interposto não foi recebido pelo juízo a quo, tendo a Apelante interposto Agravo de Instrumento perante esta Corte requerendo a reforma daquela decisão interlocutória.

Tendo sido provido o Agravo interposto, o recurso foi recebido pelo despacho de fl. 124 verso.

**Contra-razões oferecidas às fls. 135/140, argüindo preliminarmente a ilegitimidade da Apelante para recorrer uma vez que Guensyô do Brasil Ltda. e Guensyô Purificadores de Água Ltda. não seriam a mesma pessoa e, no mérito, pugnando pela manutenção da sentença recorrida e acostando aos autos documentação (fls. 141/159).**

**Em face da documentação acostada foi oportunizada à Apelante manifestação, tendo a mesma manifestado-se às fls. 174 e 188, acostando documentos que comprovam a alteração da denominação social da empresa antes da declaração da quebra.**

(...)

Voto

**Prefacialmente cumpre observar que a preliminar argüida pelo Apelado de que a Apelante não teria legitimidade para recorrer porque Guensyô do Brasil Ltda. e Guensyô Purificadores de Água Ltda. não seriam a mesma pessoa não procede.**

**Com efeito, nos termos da segunda alteração contratual acostada às fls. 194/195, em 29/11/1999 houve alteração do nome empresarial da Apelante, restando claro que trata-se da mesma pessoa jurídica, sendo que, inclusive, tem inscrição no mesmo CNPJ/MF.**

Assim, conheço do recurso de apelação porque estão presentes os pressupostos de admissibilidade.

(...)." 



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Feitas essas considerações, entendemos, *s.m.j.*, pela confirmação do posicionamento exarado pela i. Pregoeira.

No tocante ao alegado descumprimento da exigência prescrita pela alínea 'b' do subitem 4.1.1 do instrumento convocatório, não temos muito a acrescentar à justificativa ofertada pela Sra. Pregoeira, haja vista tratar-se de análise puramente objetiva acerca de documento apresentado à Sessão Pública da Licitação.

Vejam, então, a prescrição editalícia em comento:

#### 4. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

4.1. A proposta comercial poderá ser elaborada conforme modelo (Anexo IV) deste Edital, obedecendo as disposições do Termo de Referência (Anexo I).

4.1.1. Na proposta comercial deverão constar os seguintes elementos:

(...)

b) especificações técnicas e outros elementos exigidos no Anexo I, de modo a identificar o produto ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

(...).

Pelo exame da Proposta Comercial ofertada pela empresa LOGGED Logística no Gerenciamento Eletrônico de Documentos Ltda., assim como das apresentadas pelas demais Licitantes, verificam-se atendidos os requisitos exigidos pelo referido item editalício, razão pela qual entendemos por sua classificação no certame, ratificando, por conseguinte, o entendimento positivado pela autoridade da i. Pregoeira.

Passando à análise relativa ao não atendimento do disposto no item 4.2 do Edital, especificamente no que pertine à ausência de indicação do prazo de validade na Proposta Comercial apresentada, tal alegação não tem como prosperar haja vista o seguinte:

A uma, pela argumentação consignada pela Sra. Pregoeira, que, mui acertadamente, trouxe à tona a inserção editalícia segundo a qual **"A apresentação da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame"**.

A duas, porque o prazo de validade da proposta comercial decorre de preceito legal inserto no art. 7º, § 1º, inciso III do Decreto estadual nº 44.786/2008, que regulamenta a Licitação na modalidade Pregão no Estado de Minas Gerais, e assim dispõe: *"o prazo de validade das propostas, em princípio, será de sessenta dias, contados da data da sua apresentação, devendo o estabelecimento de prazos superiores ser justificado nos autos do processo."*

E, seguindo esta premissa legal, o instrumento editalício previu que o prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública, prorrogável por igual período, a critério da administração.

Destarte, não há, na legislação aplicável, nem tampouco no Edital de Licitação, qualquer exigência no sentido de que as propostas comerciais contenham expressamente o prazo de validade, haja vista que, em estrita pertinência à Lei, bem como ao instrumento convocatório, elas se consideram válidas durante o período neste prescrito, salvo se apresentarem, de forma explícita, prazo de validade inferior ao previsto, quando deverão ser desclassificadas por descumprimento de exigência



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

editância, estribada na Lei.

Assim, mais uma vez, ratificamos o entendimento administrativo explicitado pela Sra. Pregoeira, no sentido de que a ausência de menção expressa ao prazo de validade não vicia nem invalida a proposta comercial apresentada, que igualmente vincula o Licitante a todas as condições e obrigações inerentes ao certame, dentre as quais, ao prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, nos exatos termos prescritos pelo instrumento editalício em referência.

Finalmente, no que pertine ao ponto mais nevrálgico dessa análise recursal, qual seja, a alegação de suposto comprometimento da confiabilidade do certame, motivado pela retirada *"de documentos de habilitação e proposta comercial da empresa METROFILE, da sala do Pregão para outro setor do Tribunal de Justiça, juntamente com um representante da mesma empresa, antes da análise pública por todos os participantes, e rubrica dos mesmos"*, são as seguintes as nossas considerações:

Primeiramente, insta ressaltar que, não obstante a gravidade de seu conteúdo, a referida afirmação foi apresentada pela empresa ora Recorrente, sem qualquer comprovação acerca de sua veracidade.

Contrapondo-se à mesma, assim se manifestou a i. Pregoeira:

*"(...), em momento algum, saí da sala acompanhada por nenhum licitante e sim me dirigi à sala da Diretora Executiva, juntamente com o Assessor Técnico desta Diretoria, Marcelo Seriem, levando o Contrato Social da empresa Metrofile com o objetivo de esclarecer as alterações de razão social da referida empresa, quando ficou esclarecido que, devido a uma alteração recente constavam nomes diferentes em outros documentos, porém o CNPJ era o mesmo.*

*Esclareço ainda que, na qualidade de pregoeira, cumpro com cautela e transparência todos os procedimentos inerentes ao Pregão, analisando criteriosamente toda a documentação da empresa Metrofile, (...).*

*Quanto à alegação da falta de confiabilidade do certame, informo que trata-se de uma acusação séria e descabida, onde a empresa Recall não provou nada contra à idoneidade da pregoeira; tratando-se, portanto de alegações infundadas."*

E, no intuito de afastar qualquer dúvida a respeito, ao final acrescentou:

*"(...) a empresa Metrofile, apesar de ter apresentado toda a documentação exigida no Edital, apresentou o Certificado emitido pelo SICAF que supre a apresentação de toda a documentação do Item 6.1 do Edital. Ademais, a certificação no SICAF foi confirmada na Internet por um membro da equipe de apoio deste pregão, durante a sessão pública." (grifos nossos)*

Trata-se, como dito, de alegação séria e gravosa, desacompanhada de qualquer comprovação da veracidade dos fatos apontados.

Neste ínterim, cumpre, ainda, colacionarmos os seguintes apontamentos jurídicos, a saber:

O Estado Democrático, na multiplicidade e desenvolvimento de suas quase infindáveis atividades como representante do povo, atribui, nos termos da Constituição, a determinados cidadãos, o direito de representação para determinadas e específicas tarefas, os quais





# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

concorrem para a paz social, pessoas nas quais estão concentradas ações de intensa repercussão no mundo dos negócios.

São diversas essas personagens e, dentre elas, estão inseridos o oficial de registro público (registrador), o serventuário, o tabelião, o escrivão, o notário entre outros, cujas cotas de participação são marcantes e plenas de responsabilidade, uma vez que suas detalhadas atividades plasmam, autenticam, dão como verdadeiros os atos praticados pelas gentes em suas diversas tratativas.

Este modo de declarar que determinado ato praticado ou rito perseguido está perfeitamente estribado em ditames legais, é conhecido como fé pública, ou seja, é real, iniludível, verídico e legal, ficando as partes envolvidas na ação perfeitamente abrigadas e "aquecidas" pelo Direito, isentas de qualquer dúvida, claro, até prova em contrário.

Portanto, a fé pública atribuída a essas pessoas foi em decorrência de um mandamento legal, tendo em vista o cumprimento de algumas e sérias formalidades, bem como de especificidades naturais que modelam e ajustam o acolhimento do indivíduo como representante formal desse Estado para determinado labor.

Especificamente essa crença atribuída, por exemplo, ao notário, guardadas as devidas proporções, é a mesma que o Estado recebeu de seu povo, mas restrita a garantir e certificar uma segurança nas relações sociais (atos jurídicos) que todos desejam como princípio de justiça ou certeza daquilo quanto ao efetivamente acertado, escriturado e trasladado.

(...)

H. Ferreira, é a "presunção legal de autenticidade, verdade ou legitimidade de ato emanado de autoridade ou funcionário autorizado, no exercício de suas respectivas funções" (Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Edit. Civilização, RJ, 10ª ed. s/d) .

(...)

Assim, a Instituição de Direito Público atribui a determinadas pessoas, com exclusão das demais, a qualidade de verdade ao que atestam e afirmam, com características semelhantes àquelas que declaram uma lei, diante do que declaram os particulares em suas variadas relações de negócio.

O fundamento da existência da fé pública encontra-se na vida social, que requer estabilidade em suas relações, para que venham alcançar a evidência e permanência legais.

O âmbito do desenvolvimento da fé pública é tão amplo como os das relações jurídicas que se referem a toda atividade humana, razão pela qual há distintas formas: a geral, a especial, a judicial, a administrativa e a extrajudicial, tendo esta última como depositário dominante, o notário, embora existam outras pessoas que desempenhem a fé pública em atividade notarial, como por exemplo, os cônsules e os militares, entre outros.

Esta diversidade não é obstáculo para se afirmar que todos os tipos respondem a um conceito e finalidade idênticos, sendo manifestações que procuram dotar as relações jurídicas de certeza e estabilidade, de autenticidade e indiscutibilidade.

No entanto, a fé pública não abriga apenas o significado de representação exata e correta da realidade, de certeza ideológica, mas também de um sentido altamente jurídico, ou seja, fornece evidência e força probante atribuída pelo ordenamento, quanto à intervenção do oficial público em determinados atos ou documentos.

O valor jurídico e a certeza implicam que a fé pública pressupõe a correspondência da realidade, cuja firmeza é tutelada pelo Direito.

A consistência desse efeito traduz-se na própria importância da função exercida, esta, por sua vez, submetida a todos os tipos de garantias e exigências, que, necessariamente, derivam de normas jurídicas, incluindo severo regime de responsabilidades civis, penais e administrativas, caso ocorrentes desvios, deslizos ou incorreções no seu exercício.

Por sua própria natureza, a fé pública é uma instituição jurídico-pública, tendo, necessariamente, um "sinal público" autorizado pelo Estado, de maneira que o qualificativo de público compreende a "fé", significando que o notário é uma autoridade da sociedade nesse setor, vindo a garantir a certeza e autenticidade naquilo que exara.

Os escrivães, registradores, serventuários da Justiça e notários, estes, no ensejo, destacadamente apontados, são os principais depositários da fé pública, pois exercem uma



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

atividade bastante peculiar em relação a outras prestadas em regime funcional.<sup>1</sup>

Depreende-se, do exposto, que os atos administrativos praticados pelos serventuários da justiça gozam de presunção *juris tantum* de legalidade, legitimidade, autenticidade e veracidade.

Desta feita, o simples trânsito da Pregoeira - serventúria da justiça, em qualquer fase da Licitação, portando papéis ou documentos entregues no ato da Sessão, dentro do recinto público do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, diligenciando junto à Assessoria Jurídica e à Autoridade competente para a homologação do certame, na busca de esclarecimentos acerca da documentação instrutória do Processo, não enseja, de *per si*, qualquer comprometimento da confiabilidade do certame, salvo prova cabal de realização de ato contraditório à Lei, o que, *in casu*, definitivamente, não ocorreu, haja vista tratar-se de mero diligenciamento *interna corporis*, tornando a acusação, ora apresentada, ainda mais vazia e desprovida de qualquer comprovação a respeito.

Destarte, é com total tranqüilidade que, mais uma vez, entendemos como irretocável a decisão proferida pela i. Pregoeira, eis que permeada pelos princípios administrativos norteadores da matéria, especialmente os da legalidade, razoabilidade, economicidade, competitividade e estrita vinculação ao instrumento convocatório, tendo-se sempre em vista o interesse público envolvido.

Por derradeiro, cumpre-nos registrar a manifestação de intenção de Recurso, reduzida a termo na Sessão Pública do Pregão em referência, apresentada pelas Licitantes LOGGED – Logística Aplicada ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos, MEMOVIP Guarda de Documentos Ltda. e TCI BPO – Tecnologia, Conhecimento e Informação S.A. (não tendo havido, entretanto, a conseqüente protocolização das respectivas razões recursais), cujas alegações já foram devidamente enfrentadas na presente análise, haja vista se referirem ao não atendimento das exigências prescritas pelos subitens 4.1.1 e 4.2 do instrumento convocatório, bem como ao suposto comprometimento da confiabilidade do certame, fato este, exaustivamente contraposto pela autoridade da Sra. Pregoeira e devidamente ratificado por esta Assessoria Técnico-Jurídica.

## CONCLUSÃO:

Feitas essas considerações e em estrita pertinência à base principiológica norteadora da matéria, entendemos que, *s.m.j.*, não poderia ser outra a decisão final proferida pela i. Pregoeira, haja vista as constatações fático-jurídicas demonstradas alhures, estribadas na Lei e no entendimento jurisprudencial acerca do tema.

Destarte, ratificamos, *in totum*, toda a argumentação trazida pela referida autoridade, entendendo, *s.m.j.*, pela manutenção da classificação da Licitante LOGGED – Logística no Gerenciamento Eletrônico de Documentos Ltda. - ME, nos exatos termos consignados na decisão administrativa inserta na Ata Circunstancial da Sessão Pública

<sup>1</sup> REZENDE, Afonso Celso Furtado de. *Direito Civil, Registral e Notarial. Sobre a Fé Pública.*



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

do Pregão, lavrada em 31.05.2010, e acostada à fl. 265 dos autos do Processo Licitatório em epígrafe.

Sugerimos, ainda, a manutenção incólume da declaração de vencedora da empresa METROFILE BRASIL Gestão da Informação Ltda. no certame licitatório em referência, opinando, s.m.j., pela adjudicação à mesma do objeto licitado.

Este é o Parecer que submetemos à elevada e criteriosa apreciação de Vossa Senhoria.

  
Daniela Ataíde Giovannini Alves  
Assessora Técnica II





# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais


## DESPACHO DA DIRSEP:

Adotando os fundamentos do Parecer nº 161/2010 da ASCONT, conheço dos recursos, interpostos tempestivamente, mas, no mérito, nego-lhes provimento, ratificando a decisão da Sra. Pregoeira, com o que restarão mantidas a classificação da empresa LOGGED – Logística no Gerenciamento Eletrônico de Documentos Ltda. - ME., bem como a declaração de vencedora do certame da empresa METROFILE BRASIL Gestão da Informação Ltda.

Nestes termos, adjudico o objeto licitado à empresa METROFILE BRASIL Gestão da Informação Ltda. e homologo a presente Licitação.

Encaminhem-se os autos à GECOMP para as providências relativas ao certame.

Em 17/06/2010.



Selma Michaelsen Dias

Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio